

Intervenção no PAOD da Assembleia Municipal de Lisboa de 22 de Novembro de 2016

Os Verdes apresentam hoje 3 recomendações.

Uma sobre as “Escolas de Jardinagem e Calceteiros” do Município de Lisboa, começando por saudar o seu 30º aniversário. Ambas têm em vista a formação profissional e, em particular, a sensibilização na área da jardinagem e a promoção do ofício da calçada artística portuguesa.

Perante a relevância em se preservar a disposição estética, cultural e turística, tanto dos espaços verdes, como da calçada portuguesa, propomos que a CML mantenha e desenvolva nas Escolas as disciplinas de formação e educação nas referidas áreas da jardinagem e da calçada portuguesa, de modo a, no futuro, se proceder à renovação de efectivos no mapa de pessoal da CML, incluindo-se uma palavra de apoio muito particular sobre uma eventual candidatura da Arte de calcetar a património mundial.

Um segundo documento sobre o “Castelo de São Jorge”, que se encontra classificado como Monumento Nacional desde 1910. Convém salientar que, há alguns anos, foi temporariamente criada uma área de estacionamento, no seu interior, até existirem alternativas. Acontece que o Município tem em obra vários percursos pedonais assistidos de acesso ao Castelo, a partir de uma oferta de parques dissuasores, e o sr. vereador do Urbanismo afirmou, há 15 dias, nesta AML, que a autarquia está a estudar, em simultâneo, a possibilidade de vedar o acesso de autocarros de grandes dimensões à zona do Castelo, tendo mesmo afirmado que o seu uso excessivo poderia constituir “grave prejuízo para a conservação do monumento”. Porém, como muitas outras soluções provisórias, o imobilismo conduz a situações definitivas que, no caso presente, urge inverter.

E é neste contexto que propomos se procurem alternativas ao actual estacionamento no interior da área museológica e classificada do Castelo de São Jorge, aproveitando-se para, não apenas se requalificar arqueologicamente a área usada como parque, bem como tendo em vista a expansão do núcleo museológico e, possivelmente, uma nova zona para actividades culturais, lúdicas ou de apoio aos próprios visitantes do Castelo.

Finalmente, uma terceira sobre um “Jardim para a Urbanização de Alvalade”, para uma área que, desde há anos, se vem mantendo como expectante e utilizada para estacionamento em dias de futebol, impedindo, por vezes, os moradores dos edifícios circundantes de acederem às suas casas. A CML já apresentou um projecto urbanístico para o local, o qual contemplava um jardim com bancos, espaço pedonal e reordenamento do estacionamento, tendo os munícipes, na altura, indicado algumas sugestões. Mas como a obra tarda em arrancar, no dia do jogo entre o Sporting e o Porto a Polícia procurou encontrar alternativas para uso dos adeptos do clube visitante. Mas, já no recente encontro do Sporting com o Lúcia para as competições europeias, a situação voltou a repetir-se, cerceando a mobilidade dos residentes.

Como os moradores insistem na necessidade de se proceder aos arranjos exteriores, o que se requer é que se proceda à requalificação do actual terreno existente na urbanização, tendo em consideração as suas sugestões, accionando o Município a garantia bancária e concluindo os procedimentos de adjudicação desta empreitada.

Quanto aos documentos de outros GMs, seria de estranhar que o CDS não voltasse a repetir as suas anteriores moções de 6/12/2010 ou de 25/11/2014.

A rerepresentação do tema do voto nº 1 constitui mais uma tentativa para reescrever a recente história de Portugal e branquear a realidade, ocultando que o país atravessou um período não apenas de grande injustiça social, como de maiores desigualdades. A vida e a realidade desmentem, de forma cabal e categórica, alguma da propaganda que a direita pretende fazer passar. Supomos que em breve virão também propor um voto de louvor ao 11 de Março de 1975 ou à intentona spinolista do 28 de Setembro de 1974.

Os Verdes não têm dúvida que, 41 anos decorridos sobre o golpe militar de 25 de Novembro de 1975, constatou-se toda uma trajectória contra os valores e ideais progressistas da Revolução de 25 de Abril de 1974, coroada com a cereja no topo do bolo expressa nas medidas de roubo às famílias pelo anterior Governo de que o CDS fez parte. E em todas as Assembleias onde textos semelhantes de ataque ideológico ao 25 de Abril têm sido apresentados, eles têm liminarmente vindo a ser rejeitados por todos os partidos de esquerda. Mas como o CDS volta a insistir, Os Verdes votarão, obviamente, contra.

J. L. Sobreda Antunes

Grupo Municipal de “**Os Verdes**”